



**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020**  
**PROCESSO Nº. 033/2020**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, Sr. Daiçom Maciel da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o processo nº. 033/2020 na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO sob o Nº. 033/2020**, em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujo Envelope nº. 01 contendo a Habilitação e nº. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

**DATA DE ABERTURA: 16/04/2020.**

**HORÁRIO: 09 HORAS**, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes nº. 01 – HABILITAÇÃO e nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, à Comissão Permanente de Licitações.

**LOCAL:** Sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal, sito na Av. Borges de Medeiros, nº. 456, Bairro Cidade Alta, em Santo Antônio da Patrulha/RS, CEP: 95.500-000.

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Educação.

**CONSTITUEM ANEXOS DESTE EDITAL:** Termo de Referência; Plantas das Escolas e Minuta de Contrato;

## **1- DO OBJETO**

O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de PPCI e obtenção do Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, neste Município, conforme edital licitatório e anexos.

## **2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto desta, **que se cadastrem no Município, até o dia 13/04/2020**, devendo, para tanto, apresentar em original ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticadas em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade, ou ainda publicação em Órgão Oficial, os documentos a seguir discriminados:

**Observação: Os documentos descritos nos itens “2.2 ao 2.6” serão necessários para a elaboração do Certificado de Registro Cadastral – CRC.**

### **2.1. É vedada a participação de empresas:**

I - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública das esferas de governo Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, nesta compreendidas as entidades com personalidade jurídica de direito privado, as autarquias e as fundações por elas instituídas ou mantidas.

II - Com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha.



III - Que tenham como sócio, diretor, gerente ou responsável técnico servidor ou dirigente de qualquer órgão, entidade ou empresa vinculada à Administração Indireta do Município de Santo Antônio da Patrulha, ou estejam enquadradas nas demais vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

IV - Que estiverem sob processo de falência, dissolução ou liquidação.

V - Qualificadas como pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

## **2.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**2.2.1-** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**2.2.2-** Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL (acompanhado da última alteração, se houver)**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades de ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**2.2.3-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **2.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**2.3.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998, devendo ser emitida com data não superior a 60 (sessenta) dias;

**2.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**2.3.3- Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;

**2.3.4-** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;

**2.3.5-** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, sendo do domicílio ou sede do licitante;

**2.3.6-** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**2.3.7- Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **2.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**2.4.1- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, devidamente **autenticado na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da documentação para cadastro. As demonstrações contábeis exigidas devem estar de acordo com o que rege a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei Federal 9.457/97, em seu art.176.

**OBS.:** Na análise dos Balanços, para comprovação da boa situação financeira e econômica das empresas serão utilizados os seguintes índices:



INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICES MÍNIMOS
<b>Liquidez Corrente (LC)</b>	<b>LC = (AC/PC)</b>	<b>LC = 1</b>
<b>Liquidez Geral (LG)</b>	<b>LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)</b>	<b>LG = 1</b>
<b>Solvência Geral (SG)</b>	<b>SG = AT/(PC+ELP)</b>	<b>SG = 1,2</b>
<b>Endividamento Geral</b>	<b>EG = (PC+ELP)/(ATIVO TOTAL)</b>	<b>EG = MENOR ou = 1</b>

**LG** - Mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas à Longo Prazo.

**SG** - Mede a capacidade financeira da empresa à Longo Prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

**AC** - Ativo Circulante.

**PC** - Passivo Circulante.

**RLP** - Realizável à Longo Prazo.

**ELP** - Exigível à Longo Prazo.

**AR** - Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (Ex. ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

**EG** = Endividamento Geral.

**2.4.1.1**– As empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar Balanço de Abertura.

**2.4.1.2**– À licitante que não apresentar os índices mínimos exigidos neste Certame, será permitida a substituição dos índices pelo capital social ou patrimônio líquido, com percentual de 10% (dez por cento) nos termos dos parágrafos 2º e 3º do Art. 31 da Lei 8.666/93, ou ainda apresentar garantia de até 1% (um por cento), numa das modalidades e critérios previstas no art. 56, § 1º, I, II e III da mesma Lei; percentuais esses calculados sobre o valor estimado da contratação.

**2.4.2- Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60(sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

## **2.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**2.5.1-** Prova de regularidade e registro da empresa na entidade profissional competente CREA ou CAU, devendo possuir responsável técnico, devidamente habilitado.

## **2.6- OUTROS DOCUMENTOS**

**2.6.1- Declaração, assinada pelo representante legal da empresa**, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado (se houver) da empresa, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de **que não foram declarados inidôneos para licitar ou**



**contratar** com o Poder Público, nos termos do Art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.

**2.6.2- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º da Constituição Federal, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.**

**2.7** – Os documentos deverão estar em plena validade e atenderem a legislação pertinente a sua emissão, bem como, serem apresentados em uma via, original ou por processo de cópia xerográfica autenticadas em cartório competente, ou servidor desta Municipalidade, ou ainda, publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

**2.8-** É de total interesse e responsabilidade da empresa proponente entrar em contato com a Comissão de Cadastro das Licitações, para verificar se a sua documentação encaminhada via correio chegou corretamente, conforme exigido neste edital. A Comissão de Cadastro não se responsabilizará em avisar as empresas que por ventura enviarem documentos que estejam vencidos ou faltando. É de responsabilidade também retirar o CRC junto ao Setor de Compras e Licitações.

### **3– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1-** O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

**3.1.1-** 30% (trinta por cento) mediante apresentação de protocolo do Corpo de Bombeiros de cada escola, e o restante 70% (setenta por cento), após comprovante da aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, e mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle.

**3.2-** O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após a entrega dos protocolos e comprovantes de aprovação de cada escola, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, engenheiros civis, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização. Cada fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS.

**3.3-** A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020**, e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, os dados bancários para depósito (pessoa jurídica), bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

**3.4-** O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

**3.5-** Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

**3.6-** A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

**3.7-** A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e





previdenciária por parte da CONTRATADA será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade

#### **4 – DO CONTRATO**

##### **4.1 – DA ASSINATURA:**

**4.1.1 – A licitante vencedora ao ser convocada para a assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.81 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, devendo na oportunidade, apresentar os documentos a seguir discriminados.**

**4.1.1.2 -** Se dentro do prazo estipulado para a assinatura do contrato, o convocado não comparecer nem justificar tal situação, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital.

**4.1.2 – No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.**

**4.1.3 – Caso a licitante vencedora seja registrada no CREA – (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverá apresentar o visto do CREA/RS ou CAU/RS (resolução nº 266/97, artigo 4º, CONFEA), para assinatura do contrato.**

##### **4.2 – DA VIGÊNCIA:**

**4.2.1 – O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 90, a contar da data do recebimento da ordem de serviços, podendo ser prorrogado a critério das partes.**

**4.2.2 – É de total responsabilidade do licitante vencedor a prestação dos respectivos serviços licitados nas condições, forma, prazo e locais pré-estabelecidos neste edital, sob pena de ser notificado e/ou rescindido o contrato, aplicando as penas cabíveis, conforme o caso.**

**4.2.3 – A desistência do Município de contratar com a licitante melhor classificada não confere a esta o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.**

**4.2.4 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93.**

#### **5 - DO RECEBIMENTO DA OBRA, POR PARTE DA CONTRATANTE**

**5.1– Provisoriamente,** pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias após a entrega dos protocolos do Corpo de Bombeiros.

**5.2- Definitivamente,** pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, após a entrega dos comprovantes de aprovação do Corpo de Bombeiros e de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**5.3– O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.**



**5.4-** A CONTRATANTE, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos, e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

**5.5-** A fiscalização dos serviços será realizada pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, e a fiscalização do contrato pela Ana Lúcia Wohlgemuth de Souza.

## **6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1-** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º.8.666/93.

**6.2 -** A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

### **6.3- DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**6.3.1-** Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

**6.3.2-** Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

**6.3.3-** Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução dos serviços.

**6.3.4-** Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros fiscais indicados pelo Município.

**6.3.5-** Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

**6.3.6-** Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais, encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

**6.3.7-** Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

**6.3.8-** Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

**6.3.9-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

**6.3.10-** Reparar, corrigir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução, sem ônus a CONTRATANTE.

**6.3.11-** Registrar o serviço da empreitada no órgão competente em observância ao disposto na Lei N.º. 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

**6.3.12-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.3.13-** Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

**6.3.14-** Cumprir com todas as exigências do edital licitatório e seus anexos



## **6.6 – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

### **6.6.1- Constituem motivo para rescisão do contrato:**

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início dos serviços;
- e) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº.8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. ([Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999](#)).

**6.6.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa conforme prevê art. 109 da Lei 8.666/93.

## **6.7 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**



**6.7.1-** Efetuar o pagamento conforme item 3 deste edital.

**6.7.2-** A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

**6.7.3-** A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade.

## **6.8 – DA CONCESSÃO DE REEQUILIBRIO E REAJUSTE:**

**6.8.1.** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual ocorrido desde a data base do orçamento.

**6.8.2.** O preço ajustado no Contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido em processo administrativo, respeitando-se os limites previstos em Lei.

**6.8.3.** O objeto da licitação será reajustado, se necessário, de acordo com a variação nominal do IGP-M/FGV, de forma anual ou outro índice que legalmente venha substituí-lo, contados da data de referência da planilha orçamentária.

## **7- PARA A HABILITAÇÃO**

### **7.1- O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01**

**7.1.1– Certificado De Registro Cadastral - CRC**, emitido pelo Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, em plena vigência, sendo que este deverá ser apresentado em original, ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticado em cartório, ou por servidor desta Municipalidade.

**7.1.2.- Comprovação de aptidão técnico-operacional**, em nome da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes.

**7.1.3- Comprovação de capacitação técnico-profissional** em nome do responsável técnico da empresa, registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitados.

**7.1.4- Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a empresa.** O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.

**7.1.5- Declaração expressa do licitante, de que tem conhecimento e aceita todos os termos do Edital de Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 002/2020**, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

**7.1.6–** Os documentos solicitados no CRC – Certificado de Registro Cadastral, que por ventura estiverem com o prazo de vigência expirado.

### **7.2– DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

**7.2.1–** Todos os documentos constantes no envelope nº.01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

**7.2.2-** Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.





**7.2.2.1-** Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução guarde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.

**7.2.3-** Faculta-se aos LICITANTES a realização de visita técnica para conhecer o local e os serviços que serão prestados, e caso realizar deverá apresentar o correspondente atestado de visita técnica no envelope de habilitação.

**7.2.3.1.** Caso a LICITANTE não realize visita técnica, será considerada como ciente das características operacionais do serviço, não podendo alegar ulterior desconhecimento do objeto da licitação que inviabilize a execução do contrato, **devendo apresentar no envelope de documentos para habilitação, DECLARAÇÃO** assinada pelo representante legal da empresa, de que a mesma tem ciência das condições e dos locais onde serão executados os serviços e está ciente das condições para a execução das mesmas.

**7.2.3.2.** Caso haja interesse do licitante, à visita as escolas, a mesma deverá ser agendada com os Engenheiros Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano coutelle, através do fone: 51-3662-8595 do Departamento de Engenharia ou com a servidora, Ana Lúcia Wohlgenuth de Souza, através do fone: 51-3662-8650.

### **7.3- DOS DEMAIS DOCUMENTOS**

**7.3.1-** O representante da licitante deverá estar munido de documento de identidade e de uma **procuração e/ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório**, outorgando plenos poderes ao mesmo, para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do processo licitatório, inclusive, desistência de interposição de recursos. Se o participante for dirigente da empresa, deverá apresentar o comprovante de sua investidura. Cada licitante poderá ter somente 01 (um) representante para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos por sua representada.

**7.3.2-** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens "13.1, 13.2 e 13.3", deste edital, **DEVERÁ apresentar no envelope n.º. 01/habilitação DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda cooperativa; ou declaração assinada pelo responsável legal da empresa, de que a empresa licitante está enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, ambas com prazo de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento.**

**7.3.2.1-** A empresa que deixar de apresentar a comprovação acima receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua omissão, como renúncia a qualquer privilégio.

**7.3.3-** Para os proponentes que concluírem o seu cadastro até o dia previsto no item "2" deste edital, será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral. Porém, ressaltamos que, se algum documento constante do CRC vencer até a data de abertura da licitação, o proponente deverá, obrigatoriamente, providenciar um novo e revalidá-lo junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, e/ou apresentar o novo documento em original ou cópia xerográfica (já devidamente autenticado em cartório competente ou por servidor desta Municipalidade) anexo ao CRC, no dia da abertura da licitação.

**7.3.4-** Caso, declarado inabilitado um ou mais licitantes, as Propostas de Preços (envelope n.º. 02), serão guardadas em invólucros lacrados, a cargo e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações, designando-se nova etapa para abertura das mesmas, obedecido o prazo de recurso



previsto no Art.109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a não ser, que haja desistência expressa por escrito em ata ou outro documento, ao referido recurso, pelos licitantes inabilitados.

## **8 – PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE Nº. 02**

### **8.1 – PRAZO DE VALIDADE**

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento das mesmas.

### **8.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.2.1** - O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do **PREÇO COTADO GLOBAL (considerando todas Escolas e Polo Universtário)**, classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que consignar o **MENOR PREÇO**. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**8.2.2** - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

### **8.3– FORMA DE ELABORAÇÃO**

**8.3.1-** As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

**8.3.2-** Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, já incluídos os custos de frete ou deslocamento, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

**8.3.3- Consignar os preços unitários DO PROJETO DE CADA ESCOLA E PÓLO UNIVERSITÁRIO, expressos em algarismos, e o TOTAL GERAL DA PROPOSTA (considerando os 29 locais), em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.**

## **9– DAS PENALIDADES**

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades:

**9.1–** Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

**9.2-** Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

**9.3 -** Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**9.4-** A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

**9.5-** A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



- 9.6** - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de pagar a multa.
- 9.7**– Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, multa de 10% do valor atualizado do contrato e obrigação de reparar o dano.
- 9.8.** O valor do contrato, para aplicação das penalidades, será reajustado conforme IGP-M/FGV.
- 9.9**– As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.
- 9.10**– Da aplicação das penas definidas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.7 do item oitavo, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.
- 9.11**– A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

## **10- FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, HABILITAÇÃO (01) E PROPOSTAS DE PREÇOS (02)**

**10.1**- Os documentos para HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS exigidos no presente edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, em envelopes distintos, lacrados e numerados 01 e 02, contendo na parte externa os seguintes dizeres (exemplo):

### **10.1.1- ENVELOPE Nº. 01 - HABILITAÇÃO**

Município de Santo Antônio da Patrulha – RS  
Licitação Tomada de Preços n.º 002/2020  
Nome completo da empresa licitante  
Fone//E-mail para contato

### **10.1.2- ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS**

Município de Santo Antônio da Patrulha - RS  
Licitação Tomada de Preços n.º 002/2020  
Nome completo da empresa licitante  
Fone/Fax/E-mail para contato

**10.2**- O horário de abertura da licitação será seguido pelo relógio do Departamento de Compras desta Prefeitura e deverá ser cumprido pelos participantes, sob pena de decair o direito de participarem da licitação; não será admitida a participação de retardatários.

## **11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**11.1**– Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **12– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1**– As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2145– Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Fundamental

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (531)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2150– Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (627)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 364 – ENSINO SUPERIOR

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2147– Qualif./Ampliação do Acesso à Educ. Sup. Polo Universitário

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (593)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

### **13- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA**

**13.1-** Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à





Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**13.2-** Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**13.3-** Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar n°. 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar n° 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1° e 2° do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1° e 2° do art. 44 da Lei Complementar n° 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar n° 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar n° 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

## **14- DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1-** Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

**14.2-** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1° e 2° da Lei 8.666/93).

**14.3-** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

**14.4** Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei n°. 8.666/93).

**14.5-** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;

**14.6-** Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

**14.7-** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;



**14.8-** A presente licitação será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, em casos omissos serão resolvidos com base na legislação em vigor, Lei Complementar nº 123/06, e legislação civil suplementar.

**14.9-** Se a empresa proponente necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus) deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

**14.10-** Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem a tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

**14.11-** Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: [www.diariomunicipal.com.br/famurs](http://www.diariomunicipal.com.br/famurs).

**14.12-** A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**14.13-** As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

**14.14-** Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.

**14.15-** Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

**14.16-** Este edital estará disponível no endereço eletrônico [www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br). Quaisquer esclarecimentos, sobre esta licitação, serão prestados pelo departamento de compras e licitações desta prefeitura, em horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h às 17h, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, e/ou pelo fone (51)3662-8416.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 31 de março de 2020.

**Daíçon Maciel da Silva**  
**Prefeito Municipal**



## **ANEXO – I - Termo de Referência**

### **Objeto**

Os serviços a seguir descritos são objeto do processo licitatório, o qual servirá para a contratação de empresa especializada para a elaboração de PPCI e obtenção do Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário Santo Antônio, de Santo Antônio da Patrulha, RS.

### **Descrição do Objeto**

Devera ser elaborado Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI e Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros para as seguintes Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino: E.M.E.F. Ângelo Tedesco, E.M.E.F. Antônio Laureano da Cunha Filho, E.M.E.F. Doze de Outubro, E.M.E.F. Érico Veríssimo, E.M.E.F. Guilherme Kampgem, E.M.E.F. Hilda Lopes da Luz, E.M.E.F. José Antunes dos Santos, E.M.E.F. José de Anchieta, E.M.E.F. José Inácio Machado Ramos, E.M.E.F. José Telmo Martins, E.M.E.F. Madre Teresa, E.M.E.F. Manoel Machado dos Santos, E.M.E.F. Nercy Rosa, E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira e E.M.E.F. Santa Inês-1, totalizando quinze (15) Escolas de Ensino Fundamental.

E as seguintes Escolas de Educação Infantil: E.M.E.I. Algodão Doce, E.M.E.I. Baby Pinguinho, E.M.E.I. Balão Mágico, E.M.E.I. Bem-Me-Quer, E.M.E.I. Branca de Neve, E.M.E.I. Costinha, E.M.E.I. Fatia de Sol, E.M.E.I. Ilha Encantada, E.M.E.I. Menino Deus, E.M.E.I. Moranguinho, E.M.E.I. Pequeno Aprendiz, E.M.E.I. Pinguinho de Gente e E.M.E.I. Soneca, totalizando treze (13) Escolas de Educação Infantil e o Polo Universitário Santo Antônio.

Os serviços técnicos acima descritos, deveram ser executados por empresas e profissionais legalmente habilitados, com registro no CREA ou CAU e deverão vir acompanhados das ART's e ou RRT's correspondentes. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar atestados de capacidade técnica legalmente registrados no CREA ou CAU.

Será fornecida em anexo cópia das plantas das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário.



### **Serviço**

O presente procedimento tem por objetivo, a execução de serviços técnicos na área de engenharia e arquitetura, para desenvolvimento de PPCI, conforme Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem como as respectivas normas técnicas. Constituído, no mínimo, de Levantamento realizado in loco para a perfeita averiguação das medidas existentes em planta fornecidas em anexo com as medidas existentes no local, atualização das plantas devido a possíveis alterações no projeto que possam ter ocorrido e verificação das medidas dos afastamentos existentes entre os blocos edificados e os afastamentos quanto aos limites do lote, Laudo de Inspeção das Instalações Elétricas, Gás, Sistema de Proteção Contra Incêndio existente, SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas existentes, Projetos Executivos com adequações dos Prédios para o PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio: Arquitetônico, Elétrico, Rede de Hidrantes, Infra e Supra Estrutura, Memorial Descritivo do projeto executivo, com a descrição das adequações necessárias, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro cotado de forma global com a descrição dos serviços e com valores de material e mão-de-obra, orçados de forma separada por item. Para a realização do orçamento devera ser utilizado como referencia o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI ou Franarin, Planilha Eletrônica de Orçamento - PLEO, para que o projeto possa ser licitado em futuro processo de licitação para a execução do PPCI. Deveram ser considerados para fins de projeto os equipamentos já instalados, como placas de sinalização, iluminação de emergência, extintores de incêndio e hidrantes.

Todas as despesas referentes às taxas, deslocamentos, cópias e outras necessárias ao desenvolvimento dos serviços correrão por conta da Contratada.

Os projetos de PPCI, bem como os laudos técnicos deverão ser encaminhados para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e a Contratada deverá acompanhar até a emissão do C.A. – Certificado de Aprovação de cada escola.

**O julgamento das propostas se dará de forma global, porém a empresa deverá discriminar de forma individual, o valor ofertado para o projeto de PPCI de cada escola.**

Deverá ser entregue a contratante cópia do protocolo de entrada do projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndios no Corpo de Bombeiros para acompanhamento.





### **Justificativa**

A aquisição desses projetos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio se faz necessário, para que se possa executá-los posteriormente, proporcionando uma maior segurança as crianças matriculadas nas escolas da rede municipal de Santo Antônio da Patrulha.

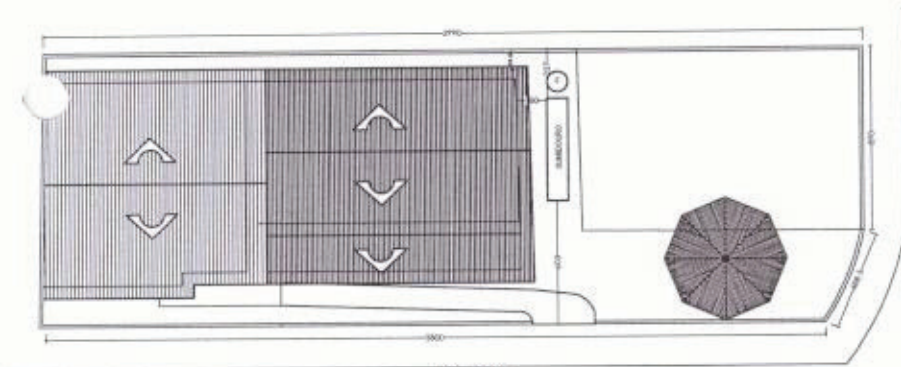
### **Prazo de execução**

Os serviços técnicos, descritos no objeto, após assinatura do Termo de Contrato e da Autorização de Início dos Serviços, deverão ser desenvolvidos e executados no prazo **de 90 dias**, podendo ser prorrogado.

### **Materiais a serem entregues pela contratada a contratante**

A Contratada entregará todas as cópias plotadas em papel sulfite, com os devidos carimbos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, e anexadas ao processo, conforme etapas e acompanhados dos arquivos eletrônicos, no formato DWG, memoriais descritivos do projeto executivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico financeiro para cada escola, impressos em formato A4 e consequentemente o Certificado de Aprovação. As escalas serão as exigidas pelas legislações e pelos órgãos de aprovação competentes – Corpo de Bombeiros e PM de Santo Antônio da Patrulha. Os projetos deveram ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, mediante a aprovação do fiscal do contrato.

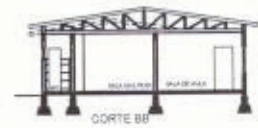
E.M.E.F. ANGELO TEDESCO



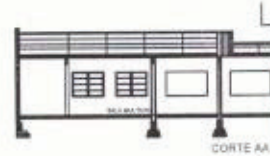
LOCALIZAÇÃO  
esc. 1/1000



PLANTA BAIXA  
Ar 37,92m²



CORTE BB

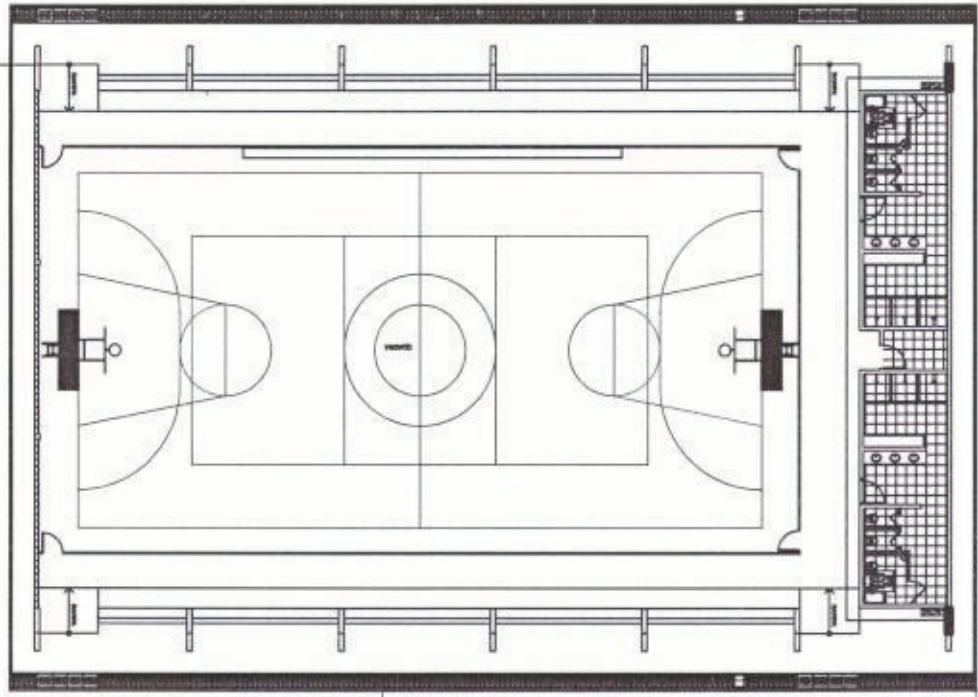


CORTE AA

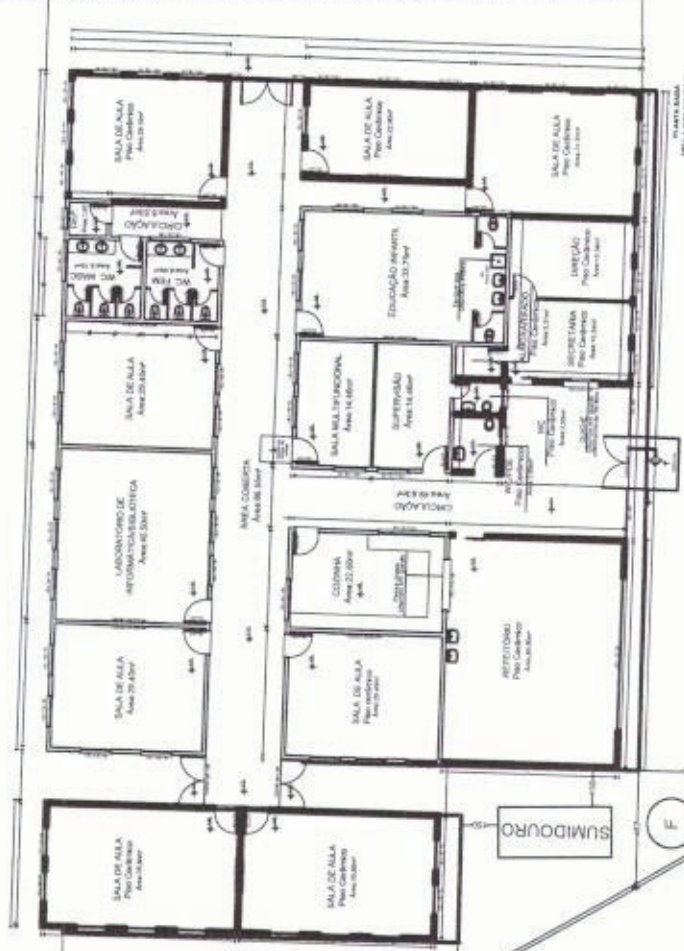


FACHADA

# E.M.E.F. ANTÔNIO LAUREANO DA CUNHA FILHO



FO F1 SUMIDOURO



F

PASSEIO A TÊNIS (L. 37110) | PLANTA GRISES



RUA ALCIDES CARDEAL DE SOUZA



MEO - FO

RUA ALCIDES CARDEAL DE SOUZA

REBAIXO MEIO - FO

REBAIXO MEIO - FO

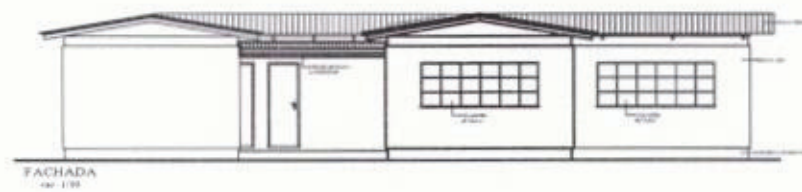
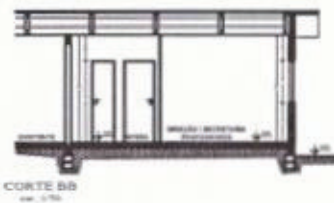
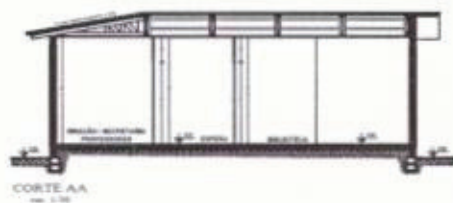
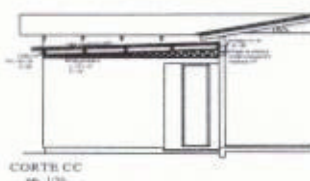
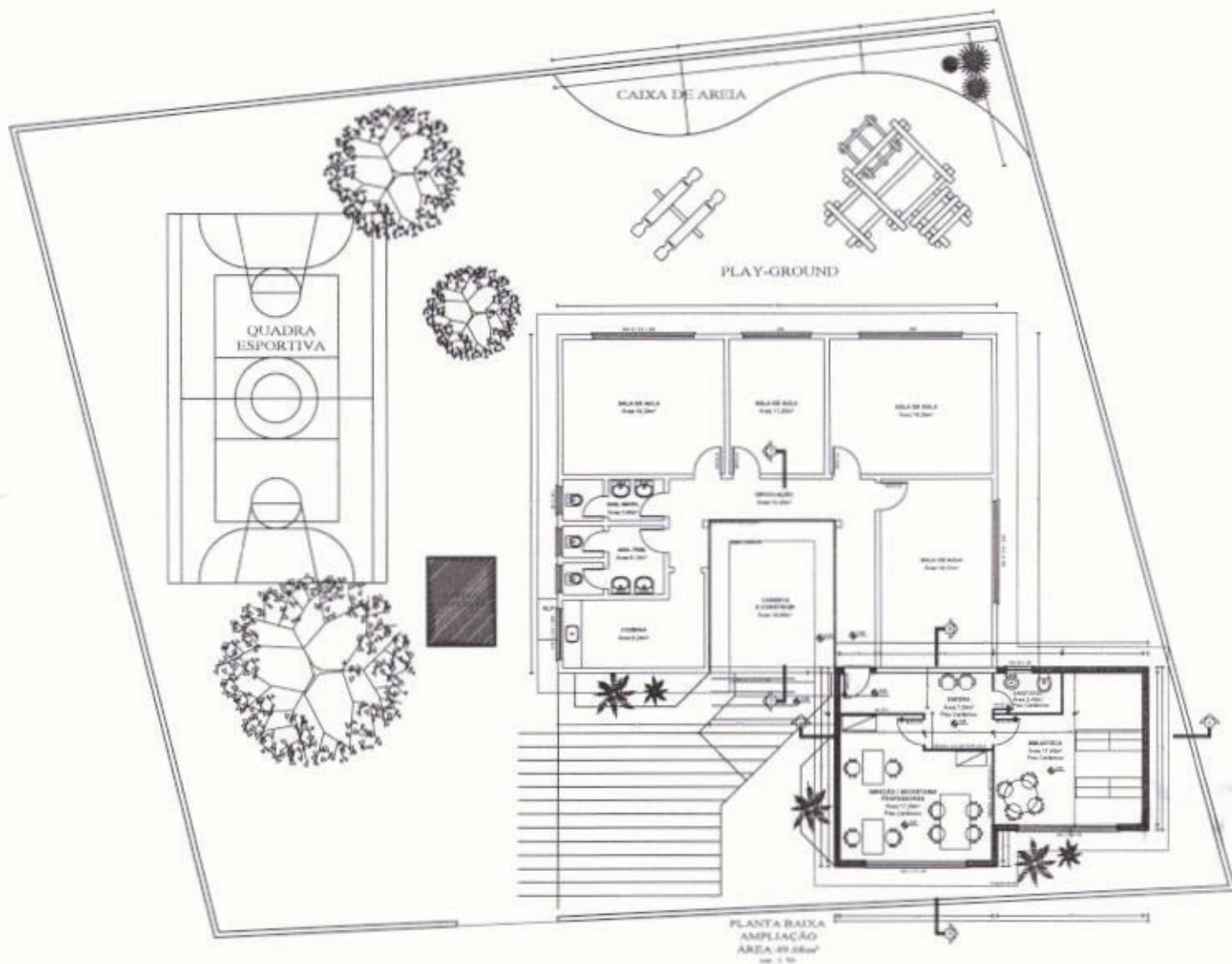
REBAIXO MEIO - FO

REBAIXO MEIO - FO

REBAIXO MEIO - FO

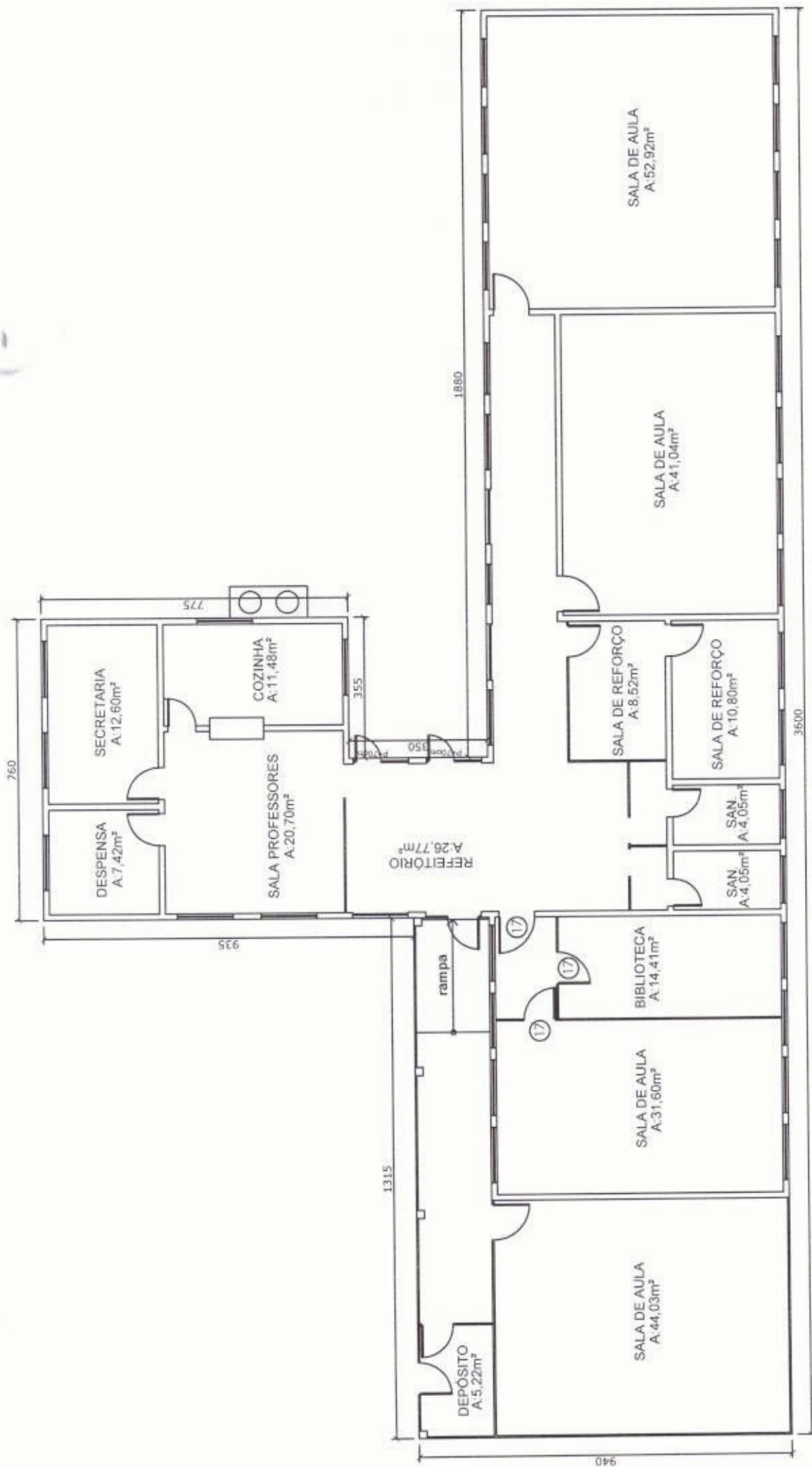
12  
100

# E.M.E.F. DOZE DE OUTUBRO





E.M.E.F. ÉRICO VERÍSSIMO

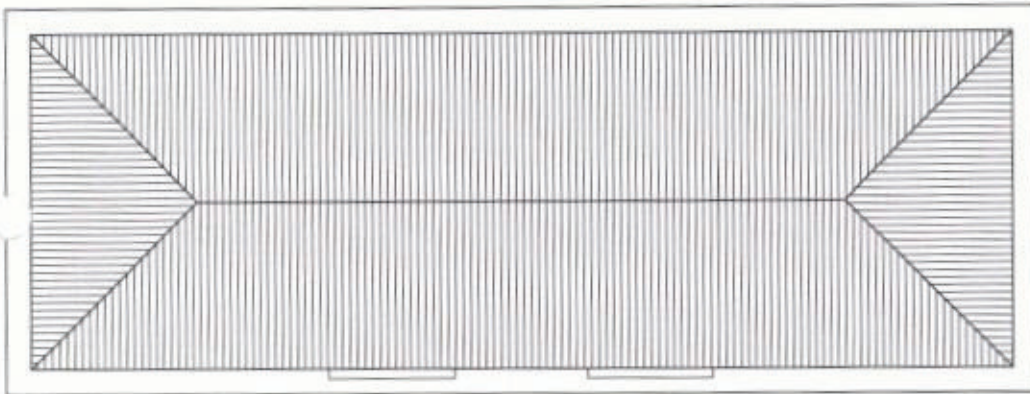


PLANTA BAIXA  
ESC.1/125  
ÁREA: 353.50m<sup>2</sup>

74  
20/12

E.M.E.F. GUILHEME KAMPGEM

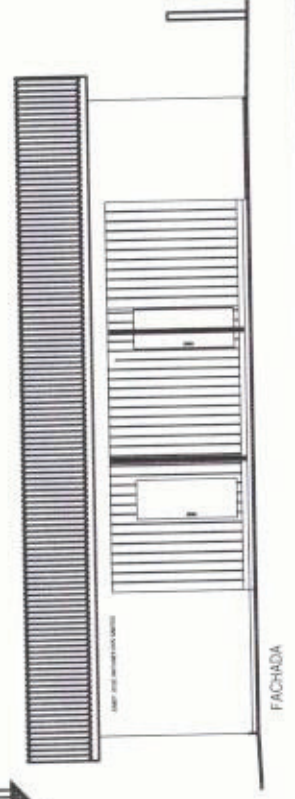
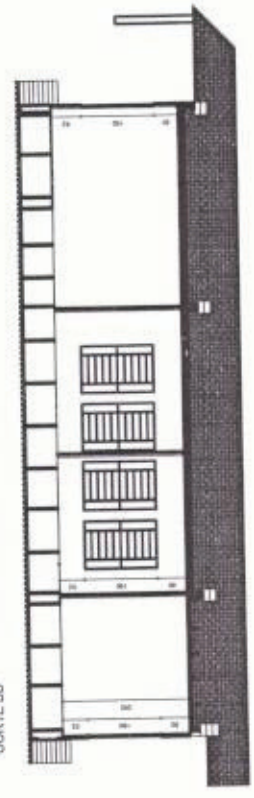
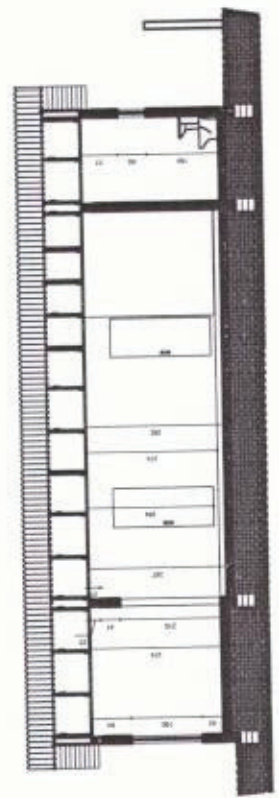
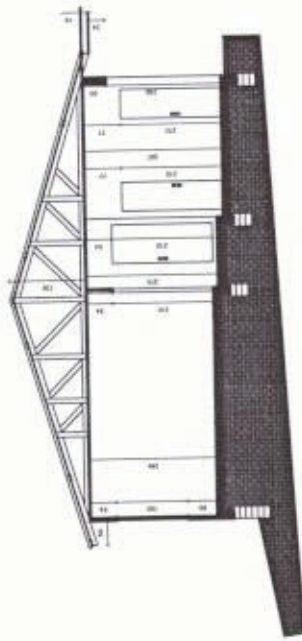




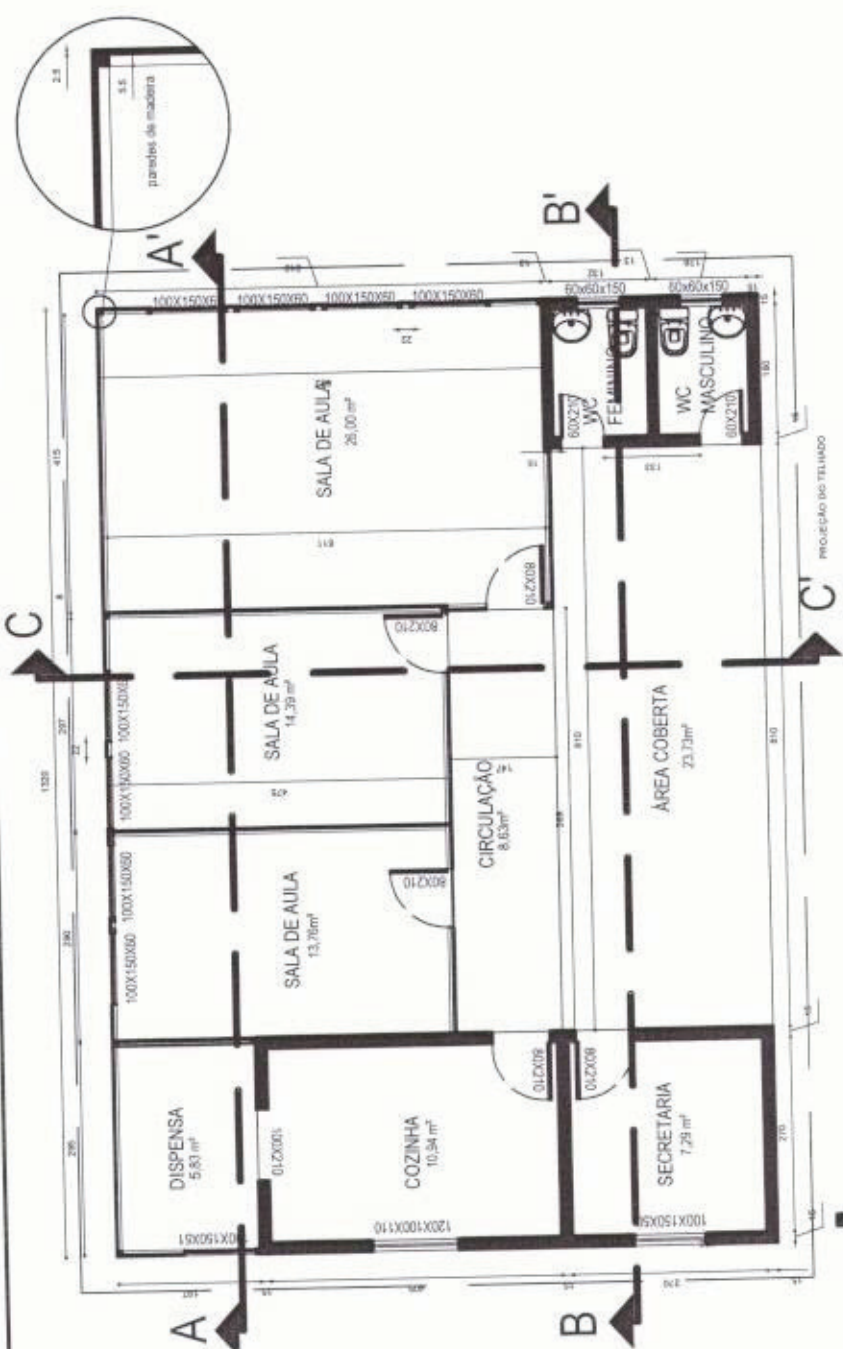
PLANTA COBERTURA



E.M.E.F. HILDA LOPES  
PLANTA BAIXA ARQUITETÔNICO  
A=96,72m<sup>2</sup>







PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA  
 SECRETARIA MUNICIPAL DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO

ESCOLA M. E.F. JOSE ANTUNES DOS SANTOS

PROJETO	PLANTA BAIXA	DATA	A-02
		MAIO/2012	
COMISSÃO		ESCALA	1/60
		DESENHO	ARLI

18

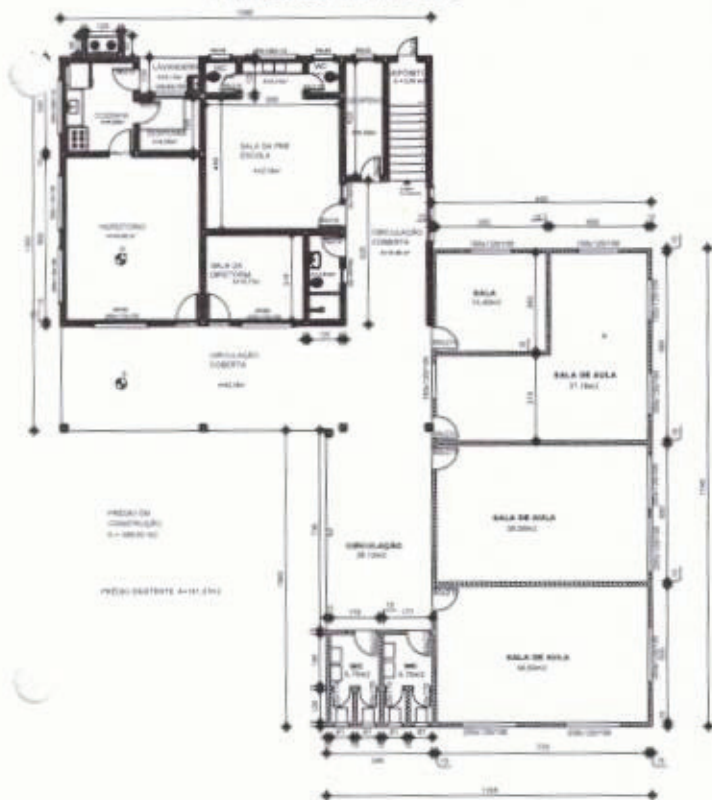
29

E.M.E.F. JOSÉ DE ANCHIETA



E. M. E. F. JOSÉ INÁCIO MACHADO RAMOS

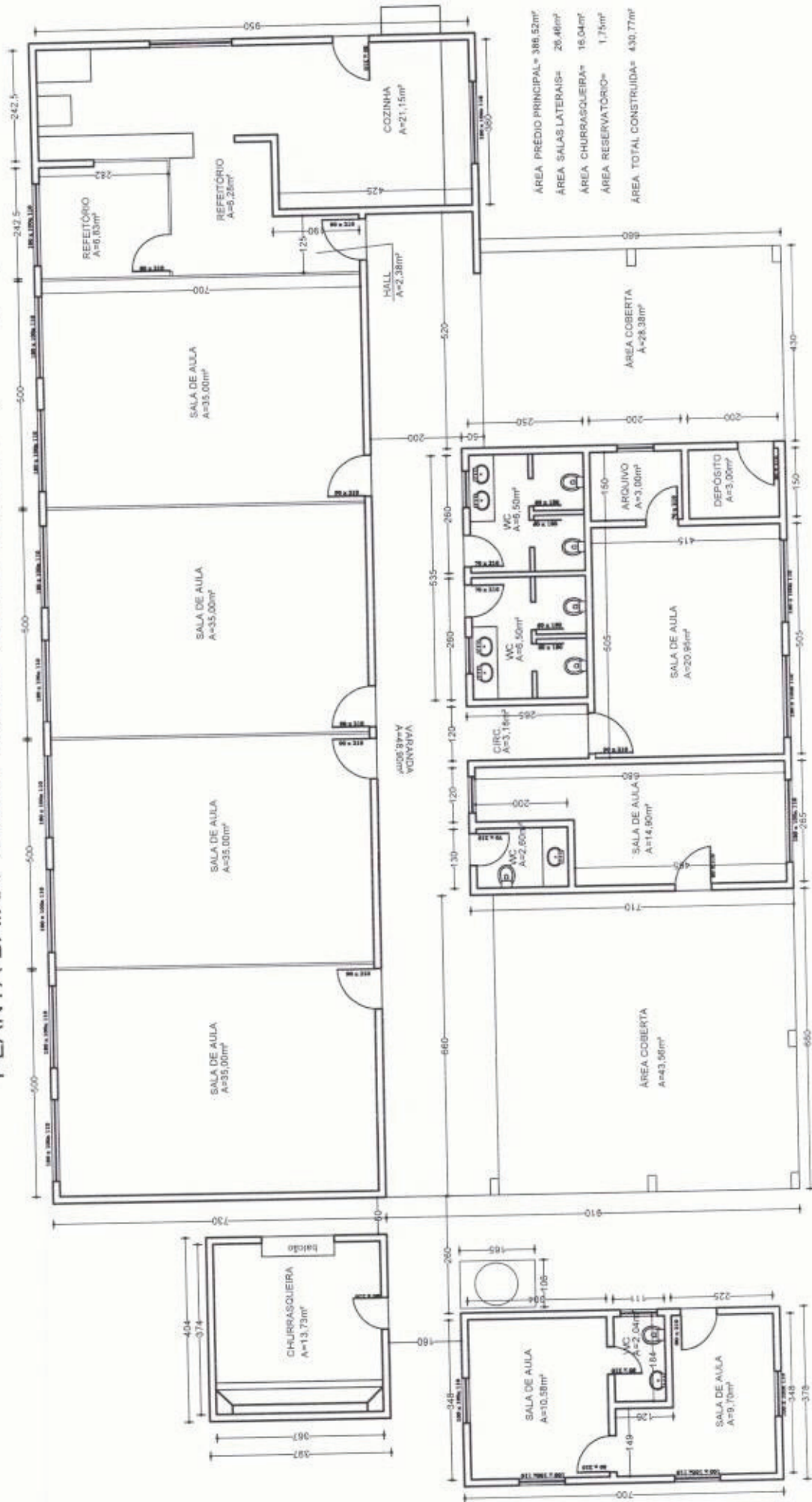
PRIMEIRO PAVIMENTO



SEGUNDO PAVIMENTO

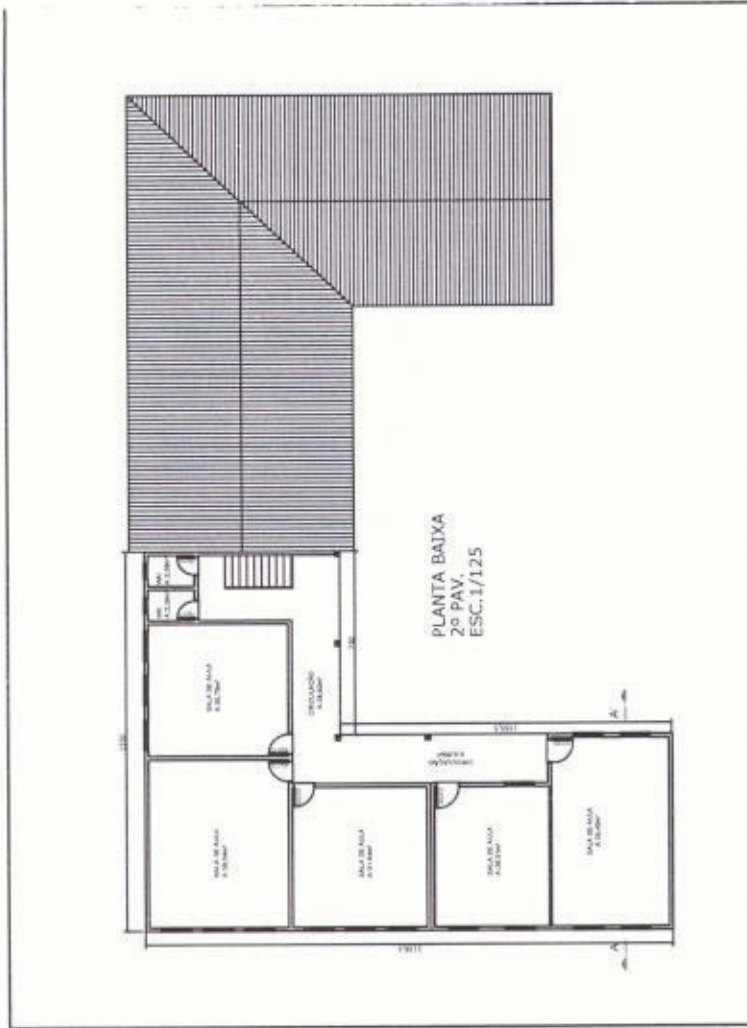
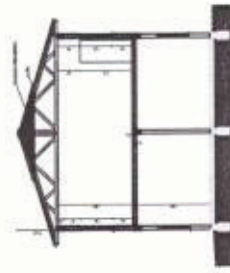


# PLANTA BAIXA E.M.E.F. JOSÉ TELMO MARTINS (Cantagalo)



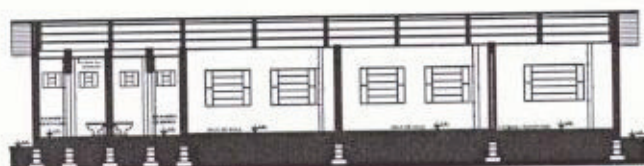


E.M.E.F. MADRE TERESA

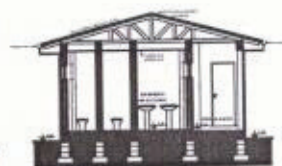


23

E. M. E. F. MANOEL MACHADO DOS SANTOS



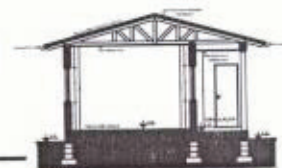
CORTE AA  
ESC. 1/30



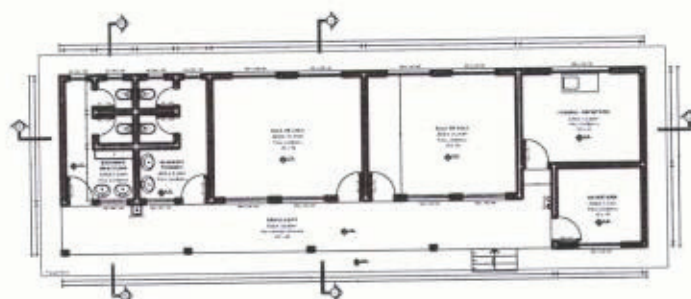
CORTE BB  
ESC. 1/30



CORTE AA  
ESC. 1/30

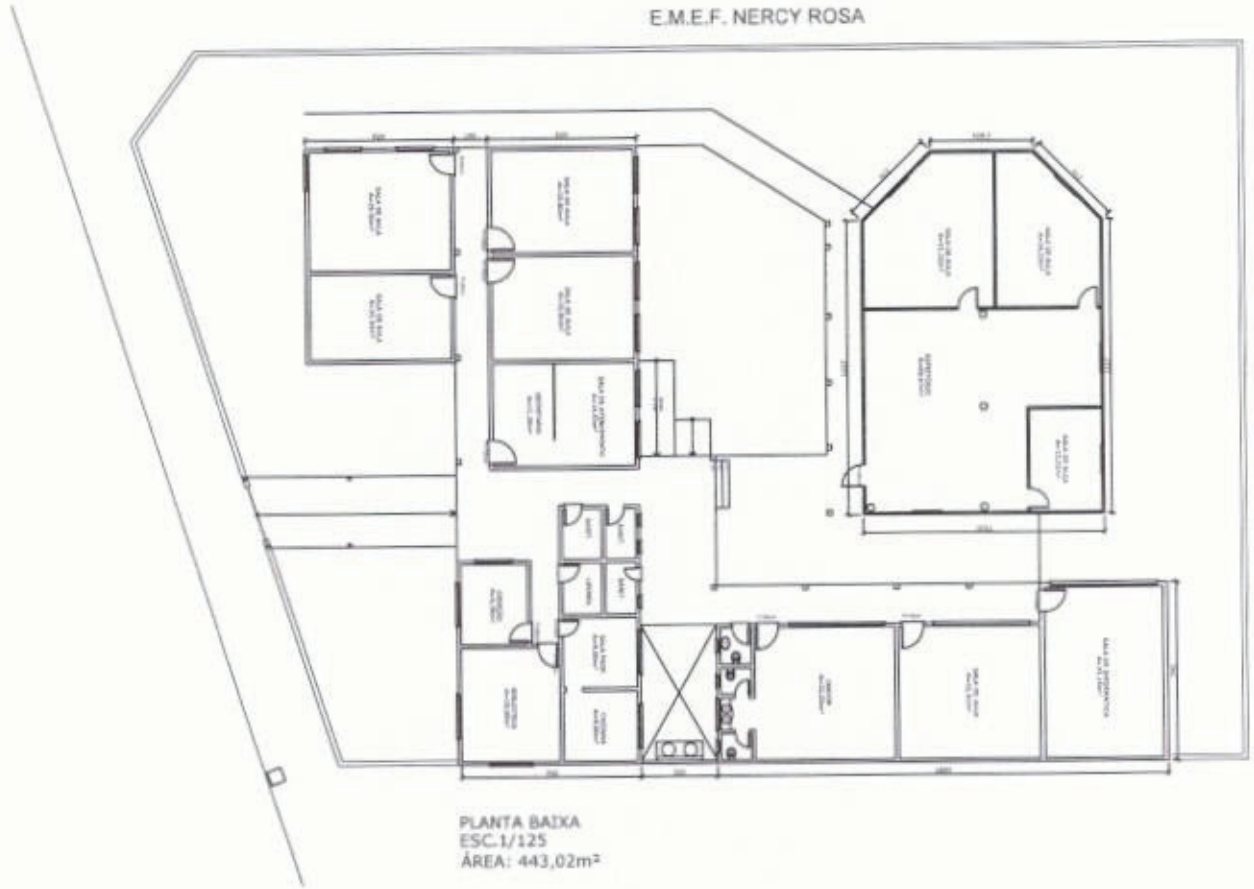


CORTE CC  
ESC. 1/30



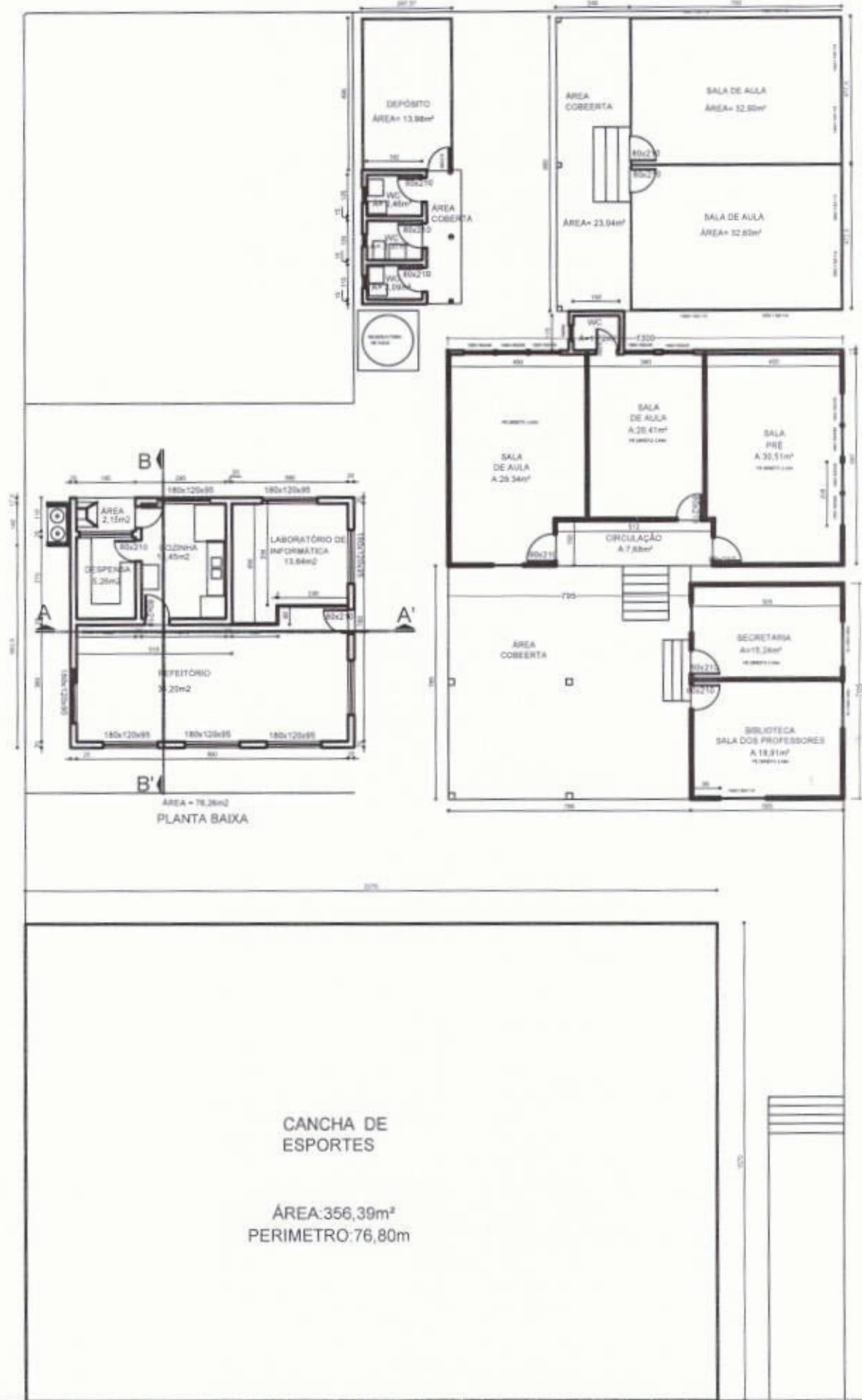
PLANTA BARRA  
ÁREA 11,00M²  
ESC. 1/30

E.M.E.F. NERCY ROSA



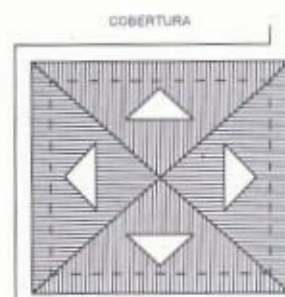
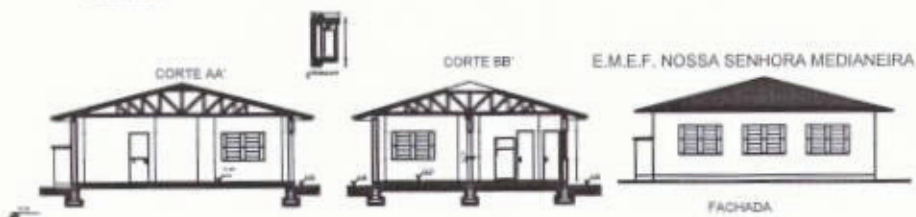
PLANTA BAIXA  
ESC. 1/125  
ÁREA: 443,02m<sup>2</sup>

# E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira



ESTRADA







**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020**  
**PROCESSO Nº. 033/2020**

O Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, Sr. Daiçom Maciel da Silva, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o processo nº. 033/2020 na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS DO TIPO MENOR PREÇO sob o Nº. 033/2020**, em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, cujo Envelope nº. 01 contendo a Habilitação e nº. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

**DATA DE ABERTURA: 16/04/2020.**

**HORÁRIO: 09 HORAS**, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes nº. 01 – HABILITAÇÃO e nº. 02 – PROPOSTA DE PREÇOS, à Comissão Permanente de Licitações.

**LOCAL:** Sala de Reuniões desta Prefeitura Municipal, sito na Av. Borges de Medeiros, nº. 456, Bairro Cidade Alta, em Santo Antônio da Patrulha/RS, CEP: 95.500-000.

**ÓRGÃO REQUISITANTE:** Secretaria Municipal da Educação.

**CONSTITUEM ANEXOS DESTA EDITAL:** Termo de Referência; Plantas das Escolas e Minuta de Contrato;

## **1- DO OBJETO**

O objeto desta licitação consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de PPCI e obtenção do Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, neste Município, conforme edital licitatório e anexos.

## **2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

Poderão participar da presente licitação, empresas do ramo pertinente ao objeto desta, **que se cadastrem no Município, até o dia 13/04/2020**, devendo, para tanto, apresentar em original ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticadas em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade, ou ainda publicação em Órgão Oficial, os documentos a seguir discriminados:

**Observação: Os documentos descritos nos itens “2.2 ao 2.6” serão necessários para a elaboração do Certificado de Registro Cadastral – CRC.**

### **2.1. É vedada a participação de empresas:**

I - Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública das esferas de governo Municipal, Estadual ou Federal, o que abrange a administração direta e indireta, nesta compreendidas as entidades com personalidade jurídica de direito privado, as autarquias e as fundações por elas instituídas ou mantidas.

II - Com suspensão do direito de participar em licitações ou impedidas de contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha.



III - Que tenham como sócio, diretor, gerente ou responsável técnico servidor ou dirigente de qualquer órgão, entidade ou empresa vinculada à Administração Indireta do Município de Santo Antônio da Patrulha, ou estejam enquadradas nas demais vedações contidas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993.

IV - Que estiverem sob processo de falência, dissolução ou liquidação.

V - Qualificadas como pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

## **2.2- HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**2.2.1-** Registro comercial, no caso de empresa individual;

**2.2.2-** Ato constitutivo, estatuto ou **CONTRATO SOCIAL (acompanhado da última alteração, se houver)**, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades de ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**2.2.3-** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## **2.3- REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

**2.3.1-** Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998, devendo ser emitida com data não superior a 60 (sessenta) dias;

**2.3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto contratual;

**2.3.3- Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais** previstas nas alíneas “a” a “d”, do § único, do Artigo 11, da Lei 8.212/91;

**2.3.4-** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**;

**2.3.5-** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, sendo do domicílio ou sede do licitante;

**2.3.6-** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

**2.3.7- Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **2.4- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**2.4.1- BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, devidamente **autenticado na Junta Comercial**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03(três) meses da data de apresentação da documentação para cadastro. As demonstrações contábeis exigidas devem estar de acordo com o que rege a Lei 6.404/76, atualizada pela Lei Federal 9.457/97, em seu art.176.

**OBS.:** Na análise dos Balanços, para comprovação da boa situação financeira e econômica das empresas serão utilizados os seguintes índices:



INDICADORES	FÓRMULA	ÍNDICES MÍNIMOS
<b>Liquidez Corrente (LC)</b>	<b><math>LC = (AC/PC)</math></b>	<b>LC = 1</b>
<b>Liquidez Geral (LG)</b>	<b><math>LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)</math></b>	<b>LG = 1</b>
<b>Solvência Geral (SG)</b>	<b><math>SG = AT/(PC+ELP)</math></b>	<b>SG = 1,2</b>
<b>Endividamento Geral</b>	<b><math>EG = (PC+ELP)/(ATIVO TOTAL)</math></b>	<b>EG = MENOR ou = 1</b>

**LG** - Mede a capacidade da empresa em liquidar suas dívidas à Longo Prazo.

**SG** - Mede a capacidade financeira da empresa à Longo Prazo para satisfazer as obrigações assumidas perante terceiros, exigíveis a qualquer prazo.

**AC** - Ativo Circulante.

**PC** - Passivo Circulante.

**RLP** - Realizável à Longo Prazo.

**ELP** - Exigível à Longo Prazo.

**AR** - Ativo Total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro (Ex. ativo diferido, despesas pagas antecipadamente).

**EG** = Endividamento Geral.

**2.4.1.1**– As empresas constituídas no exercício corrente poderão apresentar Balanço de Abertura.

**2.4.1.2**– À licitante que não apresentar os índices mínimos exigidos neste Certame, será permitida a substituição dos índices pelo capital social ou patrimônio líquido, com percentual de 10% (dez por cento) nos termos dos parágrafos 2º e 3º do Art. 31 da Lei 8.666/93, ou ainda apresentar garantia de até 1% (um por cento), numa das modalidades e critérios previstas no art. 56, § 1º, I, II e III da mesma Lei; percentuais esses calculados sobre o valor estimado da contratação.

**2.4.2- Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 60(sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento.

## **2.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**2.5.1-** Prova de regularidade e registro da empresa na entidade profissional competente CREA ou CAU, devendo possuir responsável técnico, devidamente habilitado.

## **2.6- OUTROS DOCUMENTOS**

**2.6.1- Declaração, assinada pelo representante legal da empresa**, devidamente identificado por carimbo ou datilografia do nome e qualificação, em papel timbrado (se houver) da empresa, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, de **que não foram declarados inidôneos para licitar ou**





**contratar** com o Poder Público, nos termos do Art. 87, IV da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.

**2.6.2- DECLARAÇÃO, assinada pelo representante legal da empresa**, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art.7º da Constituição Federal, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de emissão da mesma.

**2.7** – Os documentos deverão estar em plena validade e atenderem a legislação pertinente a sua emissão, bem como, serem apresentados em uma via, original ou por processo de cópia xerográfica autenticadas em cartório competente, ou servidor desta Municipalidade, ou ainda, publicação em Órgão da Imprensa Oficial.

**2.8-** É de total interesse e responsabilidade da empresa proponente entrar em contato com a Comissão de Cadastro das Licitações, para verificar se a sua documentação encaminhada via correio chegou corretamente, conforme exigido neste edital. A Comissão de Cadastro não se responsabilizará em avisar as empresas que por ventura enviarem documentos que estejam vencidos ou faltando. É de responsabilidade também retirar o CRC junto ao Setor de Compras e Licitações.

### **3– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**3.1-** O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

**3.1.1-** 30% (trinta por cento) mediante apresentação de protocolo do Corpo de Bombeiros de cada escola, e o restante 70% (setenta por cento), após comprovante da aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, e mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle.

**3.2-** O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após a entrega dos protocolos e comprovantes de aprovação de cada escola, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, engenheiros civis, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização. Cada fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS.

**3.3-** A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020**, e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, os dados bancários para depósito (pessoa jurídica), bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

**3.4-** O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

**3.5-** Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

**3.6-** A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

**3.7-** A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e



previdenciária por parte da CONTRATADA será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade

#### **4 – DO CONTRATO**

##### **4.1 – DA ASSINATURA:**

**4.1.1 – A licitante vencedora ao ser convocada para a assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.81 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, devendo na oportunidade, apresentar os documentos a seguir discriminados.**

**4.1.1.2 -** Se dentro do prazo estipulado para a assinatura do contrato, o convocado não comparecer nem justificar tal situação, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital.

**4.1.2 – No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.**

**4.1.3 – Caso a licitante vencedora seja registrada no CREA – (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverá apresentar o visto do CREA/RS ou CAU/RS (resolução nº 266/97, artigo 4º, CONFEA), para assinatura do contrato.**

##### **4.2 – DA VIGÊNCIA:**

**4.2.1 –** O contrato a ser firmado entre as partes terá **vigência de 90**, a contar da data do recebimento da ordem de serviços, podendo ser prorrogado a critério das partes.

**4.2.2 –** É de total responsabilidade do licitante vencedor a prestação dos respectivos serviços licitados nas condições, forma, prazo e locais pré-estabelecidos neste edital, sob pena de ser notificado e/ou rescindido o contrato, aplicando as penas cabíveis, conforme o caso.

**4.2.3 –** A desistência do Município de contratar com a licitante melhor classificada não confere a esta o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

**4.2.4 –** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93.

#### **5 - DO RECEBIMENTO DA OBRA, POR PARTE DA CONTRATANTE**

**5.1– Provisoriamente**, pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias após a entrega dos protocolos do Corpo de Bombeiros.

**5.2- Definitivamente**, pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, após a entrega dos comprovantes de aprovação do Corpo de Bombeiros e de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**5.3– O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.**



**5.4-** A CONTRATANTE, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos, e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

**5.5-** A fiscalização dos serviços será realizada pelos engenheiros civis Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, e a fiscalização do contrato pela Ana Lúcia Wohlgemuth de Souza.

## **6- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1-** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º.8.666/93.

**6.2 -** A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

### **6.3- DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**6.3.1-** Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

**6.3.2-** Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

**6.3.3-** Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução dos serviços.

**6.3.4-** Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros fiscais indicados pelo Município.

**6.3.5-** Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

**6.3.6-** Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais, encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

**6.3.7-** Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

**6.3.8-** Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

**6.3.9-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

**6.3.10-** Reparar, corrigir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução, sem ônus a CONTRATANTE.

**6.3.11-** Registrar o serviço da empreitada no órgão competente em observância ao disposto na Lei N.º. 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

**6.3.12-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**6.3.13-** Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

**6.3.14-** Cumprir com todas as exigências do edital licitatório e seus anexos



## **6.6 – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

### **6.6.1- Constituem motivo para rescisão do contrato:**

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início dos serviços;
- e) A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº.8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- m) A supressão, por parte da Administração, dos serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta Lei;
- n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- p) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- q) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. ([Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999](#)).

**6.6.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa conforme prevê art. 109 da Lei 8.666/93.

## **6.7 - RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**





**6.7.1-** Efetuar o pagamento conforme item 3 deste edital.

**6.7.2-** A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

**6.7.3-** A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade.

## **6.8 – DA CONCESSÃO DE REEQUILIBRIO E REAJUSTE:**

**6.8.1.** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual ocorrido desde a data base do orçamento.

**6.8.2.** O preço ajustado no Contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão de obras/serviços, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido em processo administrativo, respeitando-se os limites previstos em Lei.

**6.8.3.** O objeto da licitação será reajustado, se necessário, de acordo com a variação nominal do IGP-M/FGV, de forma anual ou outro índice que legalmente venha substituí-lo, contados da data de referência da planilha orçamentária.

## **7- PARA A HABILITAÇÃO**

### **7.1- O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR NO ENVELOPE Nº. 01**

**7.1.1– Certificado De Registro Cadastral - CRC**, emitido pelo Município de Santo Antônio da Patrulha - RS, em plena vigência, sendo que este deverá ser apresentado em original, ou por processo de cópia xerográfica, devidamente autenticado em cartório, ou por servidor desta Municipalidade.

**7.1.2.- Comprovação de aptidão técnico-operacional**, em nome da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com os objetos da licitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes.

**7.1.3- Comprovação de capacitação técnico-profissional** em nome do responsável técnico da empresa, registrado na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitados.

**7.1.4- Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a empresa.** O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.

**7.1.5- Declaração expressa do licitante, de que tem conhecimento e aceita todos os termos do Edital de Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 002/2020**, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.

**7.1.6–** Os documentos solicitados no CRC – Certificado de Registro Cadastral, que por ventura estiverem com o prazo de vigência expirado.

### **7.2– DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

**7.2.1–** Todos os documentos constantes no envelope nº.01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

**7.2.2-** Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.



**7.2.2.1-** Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução guarde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.

**7.2.3-** Faculta-se aos LICITANTES a realização de visita técnica para conhecer o local e os serviços que serão prestados, e caso realizar deverá apresentar o correspondente atestado de visita técnica no envelope de habilitação.

**7.2.3.1.** Caso a LICITANTE não realize visita técnica, será considerada como ciente das características operacionais do serviço, não podendo alegar ulterior desconhecimento do objeto da licitação que inviabilize a execução do contrato, **devendo apresentar no envelope de documentos para habilitação, DECLARAÇÃO** assinada pelo representante legal da empresa, de que a mesma tem ciência das condições e dos locais onde serão executados os serviços e está ciente das condições para a execução das mesmas.

**7.2.3.2.** Caso haja interesse do licitante, à visita as escolas, a mesma deverá ser agendada com os Engenheiros Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano coutelle, através do fone: 51-3662-8595 do Departamento de Engenharia ou com a servidora, Ana Lúcia Wohlgenuth de Souza, através do fone: 51-3662-8650.

### **7.3- DOS DEMAIS DOCUMENTOS**

**7.3.1-** O representante da licitante deverá estar munido de documento de identidade e de uma **procuração e/ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório**, outorgando plenos poderes ao mesmo, para tomar qualquer decisão relativa a todas as fases do processo licitatório, inclusive, desistência de interposição de recursos. Se o participante for dirigente da empresa, deverá apresentar o comprovante de sua investidura. Cada licitante poderá ter somente 01 (um) representante para intervir, quando necessário, em qualquer fase do processo licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos por sua representada.

**7.3.2-** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens "13.1, 13.2 e 13.3", deste edital, **DEVERÁ apresentar no envelope n.º. 01/habilitação DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda cooperativa; ou declaração assinada pelo responsável legal da empresa, de que a empresa licitante está enquadrada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, ambas com prazo de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento.**

**7.3.2.1-** A empresa que deixar de apresentar a comprovação acima receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua omissão, como renúncia a qualquer privilégio.

**7.3.3-** Para os proponentes que concluírem o seu cadastro até o dia previsto no item "2" deste edital, será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral. Porém, ressaltamos que, se algum documento constante do CRC vencer até a data de abertura da licitação, o proponente deverá, obrigatoriamente, providenciar um novo e revalidá-lo junto ao Setor de Compras desta Prefeitura, e/ou apresentar o novo documento em original ou cópia xerográfica (já devidamente autenticado em cartório competente ou por servidor desta Municipalidade) anexo ao CRC, no dia da abertura da licitação.

**7.3.4-** Caso, declarado inabilitado um ou mais licitantes, as Propostas de Preços (envelope n.º. 02), serão guardadas em invólucros lacrados, a cargo e responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações, designando-se nova etapa para abertura das mesmas, obedecido o prazo de recurso



previsto no Art.109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, a não ser, que haja desistência expressa por escrito em ata ou outro documento, ao referido recurso, pelos licitantes inabilitados.

## **8 – PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE Nº. 02**

### **8.1 – PRAZO DE VALIDADE**

As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento das mesmas.

### **8.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**8.2.1** - O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do **PREÇO COTADO GLOBAL (considerando todas Escolas e Polo Universtário)**, classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que consignar o **MENOR PREÇO**. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**8.2.2** - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

### **8.3– FORMA DE ELABORAÇÃO**

**8.3.1-** As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

**8.3.2-** Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, já incluídos os custos de frete ou deslocamento, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

**8.3.3- Consignar os preços unitários DO PROJETO DE CADA ESCOLA E PÓLO UNIVERSITÁRIO, expressos em algarismos, e o TOTAL GERAL DA PROPOSTA (considerando os 29 locais), em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.**

## **9– DAS PENALIDADES**

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades:

**9.1–** Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

**9.2-** Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

**9.3 -** Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**9.4-** A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

**9.5-** A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



- 9.6** - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.
- 9.7**– Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, multa de 10% do valor atualizado do contrato e obrigação de reparar o dano.
- 9.8.** O valor do contrato, para aplicação das penalidades, será reajustado conforme IGP-M/FGV.
- 9.9**– As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.
- 9.10**– Da aplicação das penas definidas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4, 9.7 do item oitavo, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.
- 9.11**– A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

## **10- FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES, HABILITAÇÃO (01) E PROPOSTAS DE PREÇOS (02)**

**10.1**- Os documentos para HABILITAÇÃO e a PROPOSTA DE PREÇOS exigidos no presente edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitações no local, dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, em envelopes distintos, lacrados e numerados 01 e 02, contendo na parte externa os seguintes dizeres (exemplo):

### **10.1.1- ENVELOPE Nº. 01 - HABILITAÇÃO**

Município de Santo Antônio da Patrulha – RS  
Licitação Tomada de Preços n.º 002/2020  
Nome completo da empresa licitante  
Fone//E-mail para contato

### **10.1.2- ENVELOPE Nº. 02 - PROPOSTA DE PREÇOS**

Município de Santo Antônio da Patrulha - RS  
Licitação Tomada de Preços n.º 002/2020  
Nome completo da empresa licitante  
Fone/Fax/E-mail para contato

**10.2**- O horário de abertura da licitação será seguido pelo relógio do Departamento de Compras desta Prefeitura e deverá ser cumprido pelos participantes, sob pena de decair o direito de participarem da licitação; não será admitida a participação de retardatários.

## **11 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**11.1**– Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

## **12– DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**12.1**– As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:





ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2145– Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Fundamental

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (531)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2150– Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (627)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05– SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02– DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

FUNÇÃO: 12 – EDUCAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 364 – ENSINO SUPERIOR

PROGRAMA: 0121 – Gestão de Pessoal e Manutenção Educação

PROJETO: 2147– Qualif./Ampliação do Acesso à Educ. Sup. Polo Universitário

DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (593)

RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

### **13- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA**

**13.1-** Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à



Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**13.2-** Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**13.3-** Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar n°. 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar n° 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1° e 2° do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1° e 2° do art. 44 da Lei Complementar n° 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar n° 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar n° 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

## **14- DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1-** Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

**14.2-** Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceitado sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1° e 2° da Lei 8.666/93).

**14.3-** Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

**14.4** Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei n°. 8.666/93).

**14.5-** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;

**14.6-** Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

**14.7-** Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;



**14.8-** A presente licitação será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, em casos omissos serão resolvidos com base na legislação em vigor, Lei Complementar nº 123/06, e legislação civil suplementar.

**14.9-** Se a empresa proponente necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus) deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

**14.10-** Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem a tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

**14.11-** Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: [www.diariomunicipal.com.br/famurs](http://www.diariomunicipal.com.br/famurs).

**14.12-** A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**14.13-** As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

**14.14-** Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.

**14.15-** Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

**14.16-** Este edital estará disponível no endereço eletrônico [www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniopatrulha.rs.gov.br). Quaisquer esclarecimentos, sobre esta licitação, serão prestados pelo departamento de compras e licitações desta prefeitura, em horário de expediente: das 8h às 12h e das 13h às 17h, no endereço indicado no preâmbulo deste edital, e/ou pelo fone (51)3662-8416.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 31 de março de 2020.

**Daíçon Maciel da Silva**  
**Prefeito Municipal**



## **ANEXO – I - Termo de Referência**

### **Objeto**

Os serviços a seguir descritos são objeto do processo licitatório, o qual servirá para a contratação de empresa especializada para a elaboração de PPCI e obtenção do Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário Santo Antônio, de Santo Antônio da Patrulha, RS.

### **Descrição do Objeto**

Devera ser elaborado Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI e Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros para as seguintes Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino: E.M.E.F. Ângelo Tedesco, E.M.E.F. Antônio Laureano da Cunha Filho, E.M.E.F. Doze de Outubro, E.M.E.F. Érico Veríssimo, E.M.E.F. Guilherme Kampgem, E.M.E.F. Hilda Lopes da Luz, E.M.E.F. José Antunes dos Santos, E.M.E.F. José de Anchieta, E.M.E.F. José Inácio Machado Ramos, E.M.E.F. José Telmo Martins, E.M.E.F. Madre Teresa, E.M.E.F. Manoel Machado dos Santos, E.M.E.F. Nercy Rosa, E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira e E.M.E.F. Santa Inês-1, totalizando quinze (15) Escolas de Ensino Fundamental.

E as seguintes Escolas de Educação Infantil: E.M.E.I. Algodão Doce, E.M.E.I. Baby Pinguinho, E.M.E.I. Balão Mágico, E.M.E.I. Bem-Me-Quer, E.M.E.I. Branca de Neve, E.M.E.I. Costinha, E.M.E.I. Fatia de Sol, E.M.E.I. Ilha Encantada, E.M.E.I. Menino Deus, E.M.E.I. Moranguinho, E.M.E.I. Pequeno Aprendiz, E.M.E.I. Pinguinho de Gente e E.M.E.I. Soneca, totalizando treze (13) Escolas de Educação Infantil e o Polo Universitário Santo Antônio.

Os serviços técnicos acima descritos, deveram ser executados por empresas e profissionais legalmente habilitados, com registro no CREA ou CAU e deverão vir acompanhados das ART's e ou RRT's correspondentes. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar atestados de capacidade técnica legalmente registrados no CREA ou CAU.

Será fornecida em anexo cópia das plantas das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário.





### **Serviço**

O presente procedimento tem por objetivo, a execução de serviços técnicos na área de engenharia e arquitetura, para desenvolvimento de PPCI, conforme Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem como as respectivas normas técnicas. Constituído, no mínimo, de Levantamento realizado in loco para a perfeita averiguação das medidas existentes em planta fornecidas em anexo com as medidas existentes no local, atualização das plantas devido a possíveis alterações no projeto que possam ter ocorrido e verificação das medidas dos afastamentos existentes entre os blocos edificados e os afastamentos quanto aos limites do lote, Laudo de Inspeção das Instalações Elétricas, Gás, Sistema de Proteção Contra Incêndio existente, SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas existentes, Projetos Executivos com adequações dos Prédios para o PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio: Arquitetônico, Elétrico, Rede de Hidrantes, Infra e Supra Estrutura, Memorial Descritivo do projeto executivo, com a descrição das adequações necessárias, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro cotado de forma global com a descrição dos serviços e com valores de material e mão-de-obra, orçados de forma separada por item. Para a realização do orçamento devesse ser utilizado como referencia o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI ou Franarin, Planilha Eletrônica de Orçamento - PLEO, para que o projeto possa ser licitado em futuro processo de licitação para a execução do PPCI. Deveram ser considerados para fins de projeto os equipamentos já instalados, como placas de sinalização, iluminação de emergência, extintores de incêndio e hidrantes.

Todas as despesas referentes às taxas, deslocamentos, cópias e outras necessárias ao desenvolvimento dos serviços correrão por conta da Contratada.

Os projetos de PPCI, bem como os laudos técnicos deverão ser encaminhados para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e a Contratada deverá acompanhar até a emissão do C.A. – Certificado de Aprovação de cada escola.

**O julgamento das propostas se dará de forma global, porém a empresa deverá discriminar de forma individual, o valor ofertado para o projeto de PPCI de cada escola.**

Deverá ser entregue a contratante cópia do protocolo de entrada do projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndios no Corpo de Bombeiros para acompanhamento.



### **Justificativa**

A aquisição desses projetos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio se faz necessário, para que se possa executá-los posteriormente, proporcionando uma maior segurança as crianças matriculadas nas escolas da rede municipal de Santo Antônio da Patrulha.

### **Prazo de execução**

Os serviços técnicos, descritos no objeto, após assinatura do Termo de Contrato e da Autorização de Início dos Serviços, deverão ser desenvolvidos e executados no prazo **de 90 dias**, podendo ser prorrogado.

### **Materiais a serem entregues pela contratada a contratante**

A Contratada entregará todas as cópias plotadas em papel sulfite, com os devidos carimbos de aprovação junto ao Corpo de Bombeiros, e anexadas ao processo, conforme etapas e acompanhados dos arquivos eletrônicos, no formato DWG, memoriais descritivos do projeto executivo, planilhas orçamentárias e cronograma físico financeiro para cada escola, impressos em formato A4 e consequentemente o Certificado de Aprovação. As escalas serão as exigidas pelas legislações e pelos órgãos de aprovação competentes – Corpo de Bombeiros e PM de Santo Antônio da Patrulha. Os projetos deveram ser entregues na Secretaria Municipal da Educação, mediante a aprovação do fiscal do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO  
DE MATERIAIS N.º \_\_\_\_\_/2020.**

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, n.º 456, representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, engenheiro civil, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.119.620-53, portador da R.G n.º 615457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, n.º. 083, Bairro Cidade Alta, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, por seu representante legal Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedida por \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS N.º. 002/2020**, conforme o inciso II do artigo 22, combinado com a alínea b do inciso I do artigo 23, tudo da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores mediante as seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para elaboração de PPCI e obtenção do Certificado de Aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para as Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário Santo Antônio da Patrulha, neste Município, conforme edital licitatório e anexos, com base no memorando 1218/2019 – SEMED, de 31 de outubro de 2019, e termo de pedido de compra n.º. 2019/3220, de 22 de janeiro de 2020, e conforme especificações abaixo descritas:

**Descrição do Objeto**

Devera ser elaborado Projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI e Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros para as seguintes Escolas de Ensino Fundamental da rede municipal de ensino: E.M.E.F. Ângelo Tedesco, E.M.E.F. Antônio Laureano da Cunha Filho, E.M.E.F. Doze de Outubro, E.M.E.F. Érico Veríssimo, E.M.E.F. Guilherme Kampgem, E.M.E.F. Hilda Lopes da Luz, E.M.E.F. José Antunes dos Santos, E.M.E.F. José de Anchieta, E.M.E.F. José Inácio Machado Ramos, E.M.E.F. José Telmo Martins, E.M.E.F. Madre Teresa, E.M.E.F. Manoel Machado dos Santos, E.M.E.F. Nercy Rosa, E.M.E.F. Nossa Senhora Medianeira e E.M.E.F. Santa Inês-1, totalizando quinze (15) Escolas de Ensino Fundamental.

E as seguintes Escolas de Educação Infantil: E.M.E.I. Algodão Doce, E.M.E.I. Baby Pinguinho, E.M.E.I. Balão Mágico, E.M.E.I. Bem-Me-Quer, E.M.E.I. Branca de Neve, E.M.E.I. Costinha, E.M.E.I. Fatia de Sol, E.M.E.I. Ilha Encantada, E.M.E.I. Menino Deus, E.M.E.I. Moranguinho, E.M.E.I. Pequeno Aprendiz, E.M.E.I. Pinguinho de Gente e E.M.E.I. Soneca, totalizando treze (13) Escolas de Educação Infantil e o Polo Universitário Santo Antônio. Os serviços técnicos acima descritos, deveram ser executados por empresas e profissionais legalmente habilitados, com registro no CREA ou CAU e deverão vir acompanhados das ART's e ou RRT's correspondentes. As empresas participantes do processo licitatório deverão apresentar atestados de capacidade técnica legalmente registrados no CREA ou CAU.

Será fornecida em anexo cópia das plantas das Escolas da Rede Municipal de Ensino e Polo Universitário. **Serviço**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

O presente procedimento tem por objetivo, a execução de serviços técnicos na área de engenharia e arquitetura, para desenvolvimento de PPCI, conforme Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem como as respectivas normas técnicas. Constituído, no mínimo, de Levantamento realizado in loco para a perfeita averiguação das medidas existentes em planta fornecidas em anexo com as medidas existentes no local, atualização das plantas devido a possíveis alterações no projeto que possam ter ocorrido e verificação das medidas dos afastamentos existentes entre os blocos edificados e os afastamentos quanto aos limites do lote, Laudo de Inspeção das Instalações Elétricas, Gás, Sistema de Proteção Contra Incêndio existente, SPDA – Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas existentes, Projetos Executivos com adequações dos Prédios para o PPCI - Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio: Arquitetônico, Elétrico, Rede de Hidrantes, Infra e Supra Estrutura, Memorial Descritivo do projeto executivo, com a descrição das adequações necessárias, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro cotado de forma global com a descrição dos serviços e com valores de material e mão-de-obra, orçados de forma separada por item. Para a realização do orçamento devesse ser utilizado como referência o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI ou Franarin, Planilha Eletrônica de Orçamento - PLEO, para que o projeto possa ser licitado em futuro processo de licitação para a execução do PPCI. Deveram ser considerados para fins de projeto os equipamentos já instalados, como placas de sinalização, iluminação de emergência, extintores de incêndio e hidrantes.

Todas as despesas referentes às taxas, deslocamentos, cópias e outras necessárias ao desenvolvimento dos serviços correrão por conta da Contratada.

Os projetos de PPCI, bem como os laudos técnicos deverão ser encaminhados para aprovação junto ao Corpo de Bombeiros e a Contratada deverá acompanhar até a emissão do C.A. – Certificado de Aprovação de cada escola.

**O julgamento das propostas se dará de forma global, porém a empresa deverá discriminar de forma individual, o valor ofertado para o projeto de PPCI de cada escola.**

Deverá ser entregue a contratante cópia do protocolo de entrada do projeto de Prevenção e Proteção Contra Incêndios no Corpo de Bombeiros para acompanhamento.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA**

A aquisição desses projetos de Prevenção e Proteção Contra Incêndio se faz necessário, para que se possa executá-los posteriormente, proporcionando uma maior segurança as crianças matriculadas nas escolas da rede municipal de Santo Antônio da Patrulha.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

Os serviços técnicos, descritos no objeto, após assinatura do Termo de Contrato e da Autorização de Início dos Serviços, deverão ser desenvolvidos e executados no prazo **de 90 dias**, podendo ser prorrogado

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO**





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

**4.1.1 – A licitante vencedora ao ser convocada para a assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.81 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, devendo na oportunidade, apresentar os documentos a seguir discriminados.**

**4.1.1.2 - Se dentro do prazo estipulado para a assinatura do contrato, o convocado não comparecer nem justificar tal situação, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo indexador previsto neste edital.**

**4.1.2 – No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 56, § 1º, I, II e III, da Lei 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.**

**4.1.3 – Caso a licitante vencedora seja registrada no CREA – (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverá apresentar o visto do CREA/RS ou CAU/RS (resolução nº 266/97, artigo 4º, CONFEA), para assinatura do contrato.**

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor contratual é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**5.1-** O pagamento da prestação dos serviços, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

**5.1.1-** 30% (trinta por cento) mediante apresentação de protocolo do Corpo de Bombeiros de cada escola, e o restante 70% (setenta por cento), após comprovante da aprovação do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, e mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle.

**5.2-** O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após a entrega dos protocolos e comprovantes de aprovação de cada escola, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO – emitido pela **CONTRATANTE**, através dos fiscais Jarbas Freitas Machado e Paulo Eduardo Peirano Coutelle, engenheiros civis, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização. Cada fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS.

**5.3-** A fatura relativa aos serviços executados pela **CONTRATADA** deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020**, e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra, os dados bancários para depósito (pessoa jurídica), bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais no verso da Nota Fiscal.

**5.4-** O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

**5.5-** Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

**5.6-** A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

**5.7-** A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA** comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA** será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

**CLÁUSULA SEXTA** - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO  
SUB-FUNÇÃO: 361 - ENSINO FUNDAMENTAL  
PROGRAMA: 0121 - Gestão de Pessoal e Manutenção Educação  
PROJETO: 2145- Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Fundamental  
DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (531)  
RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO  
SUB-FUNÇÃO: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
PROGRAMA: 0121 - Gestão de Pessoal e Manutenção Educação  
PROJETO: 2150- Manutenção dos Padrões de Qualidade da Educação Infantil  
DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (627)  
RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO  
SUB-FUNÇÃO: 364 - ENSINO SUPERIOR  
PROGRAMA: 0121 - Gestão de Pessoal e Manutenção Educação  
PROJETO: 2147- Qualif./Ampliação do Acesso à Educ. Sup. Polo Universitário  
DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00.00- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (593)  
RUBRICA: 33903905000000- SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

**CLÁUSULA SÉTIMA** - É de responsabilidade do **CONTRATANTE**:

- 7.1- Efetuar o pagamento conforme item 3 deste edital.
- 7.2- A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.
- 7.3- A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade.

**CLÁUSULA OITAVA** - É de responsabilidade da **CONTRATADA**:

- 8.1- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n°.8.666/93.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

**8.2 - A LICITANTE VENCEDORA** ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

**8.3- DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**8.3.1-** Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

**8.3.2-** Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

**8.3.3-** Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução dos serviços.

**8.3.4-** Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros fiscais indicados pelo Município.

**8.3.5-** Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

**8.3.6-** Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais, encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

**8.3.7-** Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

**8.3.8-** Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

**8.3.9-** Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

**8.3.10-** Reparar, corrigir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução, sem ônus a CONTRATANTE.

**8.3.11-** Registrar o serviço da empreitada no órgão competente em observância ao disposto na Lei Nº. 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

**8.3.12-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**8.3.13-** Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

**8.3.14-** Cumprir com todas as exigências do edital licitatório e seus anexos

**CLÁUSULA NONA** – Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá decidir pela RESCISÃO CONTRATUAL, independentemente das seguintes penalidades:

**9.1-** Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

**9.2-** Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

**9.3 -** Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

**9.4-** A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem também motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

**9.5-** A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**9.6 -** Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

**9.7-** Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, multa de 10% do valor atualizado do contrato e obrigação de reparar o dano.

**9.8.** O valor do contrato, para aplicação das penalidades, será reajustado conforme IGP-M/FGV.

**9.9-** As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações,

**9.10-** Da aplicação das penas definidas nos itens 9.1, 9.2, 9.3, 9.4 e 9.7 do item nono, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação.

**9.11-** A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será exigida ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis.

**9.12-** Os valores atualizados dos contratos para aplicação das penalidades se darão através do IGP-M/FGV, conforme Decreto Municipal nº.766/2017.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **TOMADA DE PREÇOS Nº. 002/2020** e a proposta da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06 e nos casos omissos a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**DAIÇON MACIEL DA SILVA**

Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA

Nome

Nome

Responsável pela fiscalização:

\_\_\_\_\_  
Jarbas Freitas Machado  
Eng. CREA/RS nº.

\_\_\_\_\_  
Ana Lúcia Wohlgemuth de Souza  
CPF nº.